

## ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I Garantias Administrativas	11
1. Meios gratuitos e meios contenciosos	11
2. Reclamação e recurso	13
2.1. Aspectos comuns	13
2.2. Dedução	15
2.3. Natureza e fundamentos	16
2.4. Legitimidade	16
2.5. Prazos	17
2.6. Efeitos sobre os atos administrativos	18
2.7. Efeitos sobre os prazos	19
3. Reclamação	21
3.1. Prazo para a reclamação	21
3.2. Prazo para a decisão	21
4. Recurso hierárquico	22
4.1. Pedido formulado	22
4.2. Prazo para a decisão	23
4.3. Recurso hierárquico necessário	24
5. Omissões ilegítimas de atos administrativos	24
6. Recursos administrativos especiais	25
7. O mandatário	26

7.1. Constituição de mandatário	26
7.2. Consulta do processo e passagem de certidões	27
CAPÍTULO II O Processo Administrativo	29
1. Os tribunais administrativos	29
2. Formas de processo	34
3. Tramitação eletrónica dos processos de jurisdição administrativa e fiscal	37
CAPÍTULO III Processo Comum	39
1. Fase dos articulados	39
1.1. Petição inicial	39
1.1.1. Requisitos	39
1.1.2. Legitimidade passiva	40
1.1.3. Contrainteressados	41
1.1.4. Instrução da petição	43
1.1.5. Custas	44
1.1.5.1. Isenção de custas	45
1.1.5.2. Dispensa do pagamento prévio da taxa de justiça	46
1.2. Citação	47
1.3. Contestação	48
1.3.1. Prazo	48
1.3.2. Conteúdo da contestação	50
1.4. Reconvenção	50
1.5. Trâmites subsequentes	50
1.5.1. Envio do processo administrativo	50
1.5.2. Intervenção do Ministério Público	51
1.6. Réplica e tréplica	51
1.7. Articulado superveniente	52
2. Saneamento e instrução do processo	53
2.1. Despacho pré-saneador	53
2.2. Audiência prévia	54
2.2.1. Tentativa de conciliação	54
2.2.2. Ouvir as partes	55

2.2.3. Despacho saneador	55
2.2.4. Objeto do litígio e enunciação dos temas da prova	55
2.3. Não realização da audiência prévia	57
2.4. Instrução	57
2.5. Audiência final	59
CAPÍTULO IV Impugnação dos Atos Administrativos	61
1. Conceito de ato administrativo	61
1.1. Definição atual	61
1.2. Definição tradicional	61
1.3. Evolução	63
1.4. Autoria	64
1.5. Decisões	64
1.6. Forma	65
2. Atos nulos	65
3. Atos anuláveis	69
4. Atos confirmativos	69
5. A impugnação do ato	70
5.1. Legitimidade ativa	70
5.1.1. Eleitores recenseados na circunscrição da sede da freguesia	71
5.1.2. Outras entidades	71
5.1.3. Órgãos administrativos	72
5.2. Não aceitação do ato	72
5.3. Eficácia do ato	73
5.4. Prazo	74
5.5. Notificação ou publicação deficientes	77
6. Fundamentos da impugnação	78
6.1. Usurpação de poder	78
6.2. Incompetência	79
6.3. Violação de lei	80
6.4. Vício de forma	81
6.5. Desvio de poder	81
7. Vicissitudes da instância	82
7.1. Apensação de impugnações	82

7.2. Ampliação da instância	83
7.3. Anulação administrativa, sanção e revogação do ato administrativo com efeitos retroativos	84
CAPÍTULO V Condenação à Prática de Atos Administrativos	85
1. Princípio da decisão	85
1.1. Conteúdo	85
1.2. Prazo para decidir	86
1.3. Consequências do incumprimento do dever de decisão	86
2. Objeto e pressupostos da ação de condenação	87
2.1. Silêncio da administração	87
2.2. Recusa na própria apreciação do requerimento	88
2.3. Indeferimento do requerimento	88
2.4. Prática de um ato administrativo com conteúdo positivo parcialmente desfavorável	89
2.5. Prévia utilização da impugnação administrativa necessária	90
3. Prazos	90
3.1. Em caso de ausência de resposta da administração	90
3.2. Em caso de ato de indeferimento e outros casos	92
CAPÍTULO VI Impugnação de Normas e Condenação à Emissão de Normas	93
1. Conceito	93
2. Impugnação de normas	94
2.1. Legitimidade	94
2.2. Prazos	95
3. Condenação à emissão de normas	95
CAPÍTULO VII Ações relativas à Validade e Execução de Contratos	97
1. Âmbito	97
2. Prazos	103
3. Invalidade do contrato	104
CAPÍTULO VIII Processos Urgentes	107
1. Tramitação	107

2.	Contencioso eleitoral	108
3.	Contencioso dos procedimentos de massa	109
3.1.	Conceito	109
3.2.	Aplicação em Portugal CPTA de 2002	110
3.3.	Lei vigente	111
3.3.1.	Seleção de processos com andamento prioritário	111
3.3.2.	Regime específico do art. 99º CPTA	112
4.	Contencioso pré-contratual	113
4.1.	Âmbito	113
4.2.	Prazo	114
4.2.1.	Meios facultativos de impugnação administrativa	114
4.2.2.	Impugnação dos documentos conformadores do procedimento	115
4.3.	Tramitação	116
4.4.	Efeito suspensivo automático	116
4.5.	Adoção de medidas provisórias	118
5.	Das intimações	118
5.1.	Intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões	120
5.2.	Intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias	121
CAPÍTULO IX Procedimentos Cautelares		125
1.	Procedimentos no CPC e no CPTA	125
2.	Caraterísticas dos processos cautelares	128
2.1.	Provisoriedade	128
2.2.	Instrumentalidade	131
2.3.	Prova indiciária do direito	132
2.4.	Urgência	135
3.	Tramitação	139
3.1.	Critério da ponderação de interesses	141
4.	Espécies de providências cautelares	147
	Providências conservatórias	147
	Providências antecipatórias	147
5.	Suspensão da eficácia de ato administrativo ou de norma	147

5.1. Suspensão de eficácia de ato administrativo	147
5.1.1. Conjugação do art. 128º com o art. 131º	154
5.2. Suspensão da norma	154
5.3. Admissão provisória em concursos e exames	156
5.4. Regulação provisória de uma situação jurídica	158
5.5. Procedimentos de formação de contratos	159
6. Decisão da causa principal	160
CAPÍTULO X Recursos	163
1. Espécies de recursos	163
2. Competência	163
3. Alçadas e valor da causa	164
4. Regime da substituição	166
5. Recurso de apelação	167
6. Recurso de revista	168
7. Recursos extraordinários	172
7.1. Recurso para uniformização de jurisprudência	172
7.2. Recurso de revisão	174
8. Interposição e tramitação do recurso	174
CAPÍTULO XI A Execução	177
1. Execução contra entidades públicas	177
1.1. Títulos executivos	177
1.1.1. Sentença	178
1.1.2. Atos administrativos inimpugnáveis	179
2. Fins da execução	180
2.1. Execução para pagamento de quantia certa	180
2.1.1. Execução espontânea e coerciva	181
2.2. Execução para prestação de factos ou de coisas	182
2.2.1. Execução espontânea	182
2.2.2. Causas legítimas de inexecução	183
2.2.3. Tramitação	185
2.2.4. Providências de execução	186
2.2.5. Sanção pecuniária compulsória	186
2.3. Execução de sentenças de anulação de atos administrativos	188

CAPÍTULO XII Arbitragem Administrativa	189
1. Expansão da arbitragem	189
2. Tramitação	191
ÍNDICE GERAL	193

